AMBIENTALMENTE BENÉFICA

Projeto incentiva uso e aproveitamento da energia solar em Tangará da Serra

O projeto foi analisado pelos vereadores e aprovado, por unanimidade

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Sistemas fotovoltaicos produzem energia elétrica de maneira limpa, renovável, sustentável e ambientalmente benéfica para a sociedade, em especial em um país tropical, bem como não gera nenhum tipo de emissão, efluente ou resíduo durante sua operação.

Diante dessas justificativas, o vereador Professor Sebastian (Cidadania) apresentou na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 50/2023, para instituir em Tangará da Serra uma Política Municipal de Uso, Estímulo e Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar Fotovoltaica e Térmica.

O projeto foi analisado pelos vereadores e aprovado, por unanimidade, em primeira e segunda discussão, nas sessões dos dias 5 e 12, respectivamente.

"Já faz um tempo que meu gabinete está construindo a pauta da energia solar aqui no município de Tangará da Serra. É uma demanda que já existe no Brasil e no Estado há muito tempo, a incidência de muitas empresas voltadas a esse mercado para a implantação de placas da energia solar e eu, como vereador, vejo isso com muito bons olhos. São empreendimentos que tem contribuído, entre outras questões, com a ambiental, uma vez que somos um município, um Estado onde o sol é radiante e transformar isso em energia, em negócio, em empresa, em mercado, em empreendimento, sem dúvida alguma é um grande passo da atualidade", destaca o vereador.

> "Estimulando o uso, o incentivo às famílias, às empresas

"(.....) De modo que estamos implantando em Tangará da Serra o Programa de energia solar, estimulando o uso, o incentivo às famílias, às empresas, às residências, e ao mesmo tempo ao empresariado nesta discussão da energia solar", completa.

Sistemas produzem energia elétrica de maneira limpa

Além da articulação dessa lei, o vereador também busca junto a Secretaria Municipal de Fazenda mais incentivos fiscais para o setor, "especialmente no que diz respeito ao IPTU aqui Tangará da Serra, para famílias, residências, empresas que venham num futuro próximo implantar a energia solar em suas residências ou comércio".

O projeto segue agora para sanção do Executivo Municipal.

Crescimento no setor industrial

AVANÇO ECONÔMICO

Produção industrial do Estado cresce 10% em outubro

Dados apontam o Estado como o quinto com o maior crescimento

MARIA JÚLIA SOUZA / Sedec-MT

A produção industrial de Mato Grosso registrou alta de 10% em outubro de 2023, em comparação com outubro de 2022, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O fortalecimento e a expansão da economia mato-grossense tem sido impulsionada pelo Governo do Estado com uma série de incentivos como o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic), o Programa de Incentivo de Algodão do Mato Grosso (Proalmat) e o Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso (Proder).

Além disso, Mato Grosso é um dos cinco estados com maior crescimento no setor industrial, sendo 5,2% de avanço de janeiro a outubro de 2023.

O superintendente de Programas de Incentivos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Adoniram Magalhães, afirmou que Mato Grosso tem um ambiente propício para o desenvolvimento agroindustrial diante da produção de matéria-prima e investimentos do Governo em infraestrutura, que resultam em solidez fiscal e políticas de industrialização e atraem olhares para investimentos.

"Muitos empresários percebem, ao observarem o cenário, que nosso estado é o melhor para se investir. A desburocratização na adesão dos planos de incentivos impulsionou Mato Grosso, de forma a atingir resultados tão satisfatórios", afirmou o superintendente.

Os incentivos fiscais promovidos pela Sedec garantem segurança jurídica aos empresários e estimulam a agroindústria no estado.

Devido aos bons resultados dos indicadores, o Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso (Condeprodemat) aprovou por unanimidade a renovação do Prodeic para 2024. A prorrogação deu-se pelos bons resultados dos indicadores apresentados, um deles o de aumento de empregabilidade nas indústrias que recebem o benefício.